

**ATA DA 30ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 18/07/2002

**Início:** 9:30 hs

**Término:** 18:20 hs

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)  
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: (ausência)

**CONVIDADOS:**

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)  
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)  
Fernando José de Almeida - SRH/MMA (fernando-jose.almeida@mma.gov.br)  
Flavia Gomes de Barros - ANA (fbarros@ana.gov.br)  
Gustavo O. Campos SRH/MMA (gocampos@zipmail.com.br)  
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)  
Maria Cristina Yuan - IBS (crisyuan@ibs.org.br)  
Mariluce Kenedy dos Santos - SRH/MMA (marilucekenedy@hotmail.com)  
Mônica Tavares Rocha - SRH/MMA (mrocha@snirh.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)  
Virgínia Olga Koeche Müzell - SEMA/RS (virginiaom@sema.rs.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de julho de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 30ª Reunião, em seu primeiro dia de trabalho. Deu boas vindas a todos e comentou sobre a ampla presença e expressiva participação ocorrida na 29ª Reunião da CTIL, realizada no dia anterior, em conjunto com a 2ª Reunião da CT de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTCOB. Dando prosseguimento, colocou em votação a aprovação da ata da 28ª Reunião, item 2 de pauta (**Anexo I**); a mesma foi aprovada com modificações. Com isso, seguiu para o 3º item da pauta, referente ao encaminhamento, efetuado pela CT Análise de Projeto - CTAP, da proposta de Resolução elaborada pela Agência Nacional de Águas - ANA, referente a regulamentação do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH, de que trata o Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001 (**Anexo II**). O Dr. Júlio Thadeu solicitou à Dra. Célia Cristina que prestasse maiores esclarecimentos sobre o assunto. A Dra. Célia ressaltou que a proposta foi muito discutida e recebeu importantes contribuições na CTAP. O Dr. Júlio Thadeu comentou que o referido Decreto pretendia originar ações de controle e fiscalização do governo federal sobre obras de infra-estrutura hídrica realizadas com recursos da União; complementou dizendo que, por se tratar de regulamentação de um Decreto, a Secretaria Executiva entendeu como necessária a discussão do assunto na CTIL, antes do encaminhamento ao CNRH. A proposta de Resolução foi aberta para debates. Vários esclarecimentos foram solicitados pela Dra. Patrícia, Dr.

Moretti, Dra. Sonáli, Dr. Demetrios, Dr. Carlos Eduardo e Dra. Maria Luiza. Os questionamentos levantados foram esclarecidos pelo Dr. Júlio Thadeu e pela Dra. Célia Cristina. Foi ressaltado o fato de que a maioria dos pontos levantados eram pertinentes ao Decreto e não aos termos da Resolução. O Dr. Jair considerou que as sugestões deveriam ser focadas na Resolução, uma vez que o Decreto já fora publicado. Complementando, o Dr. Júlio Thadeu salientou ser prudente se avaliar a necessidade de proceder alterações no texto do Decreto; destacou que o mesmo trazia de positivo a necessidade de que fosse demonstrada, na fase de aprovação da obra de infra-estrutura hídrica, a sustentabilidade futura do empreendimento. Após discussões, foram propostas modificações no texto encaminhado da Resolução; mais especificamente questões relativas ao parágrafo único do artigo 4º e as sugestões do Dr. Demetrios, ficando ambas pendentes de consulta a ser realizada ao Dr. Joaquim Gondim, responsável na ANA pela equipe que elaborou a proposta. Foi solicitado que constasse em Ata a sugestão de ampliação do Decreto, de forma a abranger obras de infra-estrutura hídrica em geral. Desta forma, no aguardo do retorno da consulta ao Dr. Joaquim, passou-se ao item nº 4: análise para preenchimento de vagas disponíveis nas CTs do CNRH. O Dr. Júlio Thadeu falou que existiam vagas nas Câmaras Técnicas de Análise de Projeto (CTAP), Ciência e Tecnologia (CTCT) e Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR). Esclareceu que as vagas surgiram por dois motivos: na CTCT e CTPOAR, pela desistência de participação do segmento das Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que enviara correspondência ao Secretário Executivo comunicando o fato (**Anexo III**); e, na CTAP, pelo excesso de faltas do Ministério do Planejamento. Salientou que uma alternativa para preenchimento das vagas seria enviar correspondência, aos Conselheiros, com solicitação de manifestação de interesse de participação; entretanto, sugeriu que o preenchimento das mesmas fosse, quando possível e conforme proposto pela Plenária do CNRH quando da composição da CT Cobrança, através da determinação de suplências. Acrescentou que, para o caso da CTAP e CTPOAR, a proposta de composição poderia ser elaborada com base nas manifestações anteriores, não atendidas quando da elaboração da composição que foi realizada para o aumento do número de membros das CTs. Houve consenso quanto ao proposto. Para o caso da CTCT, que teve exatas 13 manifestações de interesse, ficou estabelecido que a Secretaria Executiva enviaria correspondência aos Conselheiros solicitando nova manifestação; foi sugerida e acatada por todos a inclusão da CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços nessa correspondência, uma vez que a mesma possui atualmente dez membros. Ficou acertado que a Secretaria Executiva somente encaminharia o assunto novamente à esta CTIL, se o número de interessados fosse maior que o número de vagas. Desta forma, passou-se a analisar o preenchimento da vaga na CTAP. Após debates, foi definido o Ministério da Defesa para preencher a vaga existente, ficando o Ministério da Saúde, como suplente. Para a CTPOAR, esclareceu o Dr. Júlio Thadeu, houveram quatro solicitações não atendidas: Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica e Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para Lazer ou Turismo. Prosseguiu recordando os critérios adotados nas propostas de composição anteriores, estabelecidos pelo artigo 24 do Regimento Interno, além da questão do equilíbrio das representatividades. A Dra. Leila, representante na CTIL do segmento de Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para Lazer ou Turismo, propôs que seu segmento fosse o último suplente e indicou o Ministério da Integração Nacional para compor a CTPOAR. A Dra. Sonáli, representante na CTIL das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica, defendeu a indicação do seu setor para compor a CT argumentando que o setor é diretamente impactado pela concessão de outorgas e, de um modo geral, tinha compromissos de manutenção de vazões de jusante em reservatórios; salientou também as contribuições que o setor poderia dar no estabelecimento de regras e diretrizes para concessão de outorgas, além da experiência adquirida no estabelecimento de ações entre usuários da água de reservatórios. A Dra. Célia Cristina ressaltou a importância da participação do setor no Grupo de Trabalho de Outorga em Reservatórios, da CTPOAR. O Dr. Hugo sugeriu que, para este caso, fosse observado o critério de equilíbrio nas representatividades, ou seja, que a vaga fosse mantida no segmento de usuários. O Dr. Jair concordou e sugeriu que, em momento oportuno, o Ministério da Integração Nacional fosse integrado à CTPOAR. Assim ficou acertado que a vaga existente seria destinada para o segmento das Concessionárias de Geração de Energia Hidrelétrica, e as suplências seriam do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Agricultura e dos Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para Lazer ou Turismo, nesta ordem. Às 12:10 horas, o Dr. Júlio Thadeu propôs pausa para almoço. Os trabalhos recomeçaram às 14:20 horas com a

continuidade da revisão da Resolução CNRH nº 5, o que originou a versão 06, que se encontra anexa (**Anexo IV**). Os debates ocorreram por todo o período, com destaque para as discussões sobre a representação dos Comitês de sub-bacias, no Comitê da bacia de ordem superior. Com isso, o Dr. Júlio Thadeu propôs que as várias propostas de redação para o artigo 7º fossem encaminhadas à Secretaria Executiva, para discussão na próxima reunião da CTIL. Retornando às questões pendentes relativas à proposta de Resolução da ANA, encaminhada pela CTAP, o Dr. Jair disse que recebera retorno do Dr. Joaquim com relação à consulta efetuada; relatou que a adição dos itens propostos pelo Dr. Demetrios não foram julgados procedentes pela Procuradoria Geral da ANA, baseada no fato de que o Decreto nº 4.024, de 2001, impunha limitações que a Resolução deveria seguir. Quanto à proposta de supressão do parágrafo único do artigo 4º, informou que a intenção era acolher a sugestão. Desta forma, com a concordância dos presentes, acatadas as sugestões da CTAP e CTIL, ficou decidido que a proposta de Resolução iria ser encaminhada ao CNRH, conforme anexo (**Anexo V**). Os trabalhos do dia foram encerrados às 18:20 horas.

**DATA:** 19/07/2002

**Início:** 9:10 hs

**Término:** 12:00 hs

#### **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às nove horas e dez minutos do dia dezenove de julho de 2002, o Dr. Júlio Thadeu abriu o segundo dia de reunião da CTIL. Lembrou do que ficou acordado no dia anterior com relação ao artigo 7º da Resolução nº 5, ou seja, que as propostas de redação fossem encaminhadas à Secretaria Executiva; solicitou o registro em ata dos que se comprometeram a fazê-lo: Dra. Cristina Yuan, Dr. Wilson, Dr. Moretti, além de sugestão, a ser encaminhada pela ANA, derivada dos trabalhos desenvolvidos na implantação do Comitê da Bacia do Rio São Francisco. O prazo para envio das propostas seria de quinze dias. Com relação à próxima reunião da CT, ficou agendado os dias 20 e 21 de agosto próximo, com a solicitação aos participantes de retorno, no dia 21, após às 18h00, e ficando o dia 20 reservado para reunião conjunta com a CT de Cobrança. O Dr. Júlio Thadeu solicitou à Dra. Dalvacir que fizesse um breve relato dos trabalhos efetuados pelo Grupo de Trabalho (GT), que se reuniu nos dias 01 e 08 de julho próximo passado. A Dra. Dalvacir ressaltou que durante as reuniões do GT foram discutidos assuntos que atualmente estão pouco detalhados na Resolução nº 5, como por exemplo, os passos do processo de instituição de um Comitê e a constituição da Diretoria Provisória. Esclareceu que estavam sendo propostos novos artigos à Resolução nº 5 (**Anexo VI**) e falou sobre as novidades que estavam sendo por eles inseridas, com destaque para o direcionamento da fase que antecede à criação de um Comitê. O Dr. Jair chamou atenção para a nova metodologia do processo de criação de Comitês, a qual culmina com a publicação do Decreto de sua instituição. O Dr. Júlio Thadeu elogiou os trabalhos do GT e salientou a necessidade de acompanhamento, pelo Conselho, do processo de implementação de um Comitê; falou também sobre a proposta de Resolução sobre a Divisão Hidrográfica Nacional, atualmente em discussão na CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a qual se constituirá num importante subsídio para o planejamento na criação de Comitês. Ressaltou a importância do artigo 7º da proposta do GT, visto que o mesmo explicitava as etapas básicas do novo processo proposto para a criação de Comitês. A Dra. Patrícia também elogiou os trabalhos do GT e disse tratar-se de uma proposta com avanços. Ocorreram discussões sobre a proposta encaminhada pelo GT, sendo efetuadas diversas sugestões. Desta forma, o Dr. Júlio Thadeu sugeriu que o GT voltasse a se reunir para estudar a inserção das sugestões efetuadas. O Dr. Moretti e a Dra. Sonáli ressaltaram a importância de se resgatar a função de cartilha que a Resolução nº 5 assume nos processos iniciais de mobilização que visam a criação de Comitês. O Dr. Demetrios advertiu sobre a importância de não se inserir muitas exigências para a criação de Comitês, baseado na afirmação de que as manifestações espontâneas são díspares. O Dr. Júlio Thadeu reforçou a solicitação de continuidade dos trabalhos do GT e incentivou um maior número de adesões. Desta forma, às 12:00 horas, o Dr. Júlio Thadeu encerrou a reunião e agradeceu a presença e o empenho de todos.

Aprovada na 32ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO

